

JUVENTUDE RURAL, FORMAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR E OS CONDICIONANTES PARA A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR

RURAL YOUTH, HIGHER EDUCATION TRAINING AND THE CONDITIONS FOR
SUCCESSION IN FAMILY FARMING

JUVENTUD RURAL, FORMACIÓN SUPERIOR Y CONDICIONES DE SUCESIÓN EN LA
AGRICULTURA FAMILIAR

Daiane Carla Bordulis Eduardo¹

Márcio Freitas Eduardo²

RESUMO: Este estudo objetiva apreender a participação das jovens rurais, egressas do curso de Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, campus Erechim), no processo de sucessão na agricultura familiar. Para desenvolver a análise, procuramos contemplar, na pesquisa, a totalidade do universo das jovens rurais formadas no curso de Agronomia, entre os anos de 2010 e de 2014, e egressas até o ano de 2019. Ao longo da pesquisa, evidenciou-se que o acesso à universidade proporcionou importantes mudanças em âmbito das territorialidades precedentes das jovens egressas, porém, a formação no Ensino Superior precisa estar acompanhada de outros fatores para viabilizar processos de sucessão na agricultura familiar.

Palavras-chave: Gênero. Territorialidades. Universidade pública.

ABSTRACT: This study aims to apprehend the participation of young rural women, graduates of the Agronomy course at the Federal University of Fronteira Sul (UFFS, Erechim campus), in the process of succession in family farming. To develop the analysis, we sought to contemplate in the research the entire universe of rural young women trained in the Agronomy course between the years 2010 and 2014 and who graduated until the year 2019. important changes in the scope of the previous territorialities of the young graduates, but the formation in Higher Education needs to be accompanied by other factors to enable succession processes in family farming.

Keywords: Gender. Territorialities. Public university.

RESUMEN: Este estudio tiene como objetivo aprehender la participación de mujeres jóvenes rurales, graduadas de la carrera de Agronomía de la Universidad Federal de Fronteira Sur (UFFS, campus Erechim), en el proceso de sucesión en la agricultura familiar. Para desarrollar el análisis se buscó contemplar en la investigación todo el universo de mujeres jóvenes rurales formadas en la carrera de Agronomía entre los años 2010 y 2014 y que egresaron hasta el año 2019. Se evidenció que el acceso a la universidad proporcionó importantes cambios en el alcance de las territorialidades anteriores de los jóvenes egresados, pero la formación superior debe ir acompañada de otros factores que permitan procesos de sucesión en la agricultura familiar.

Palabras clave: Género. Territorialidades. Universidad pública.

¹Doutora em Geografia, assessora técnica em Agroecologia - FLD-CAPA (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, Francisco Beltrão/PR).

²Doutor em Geografia, docente do Ensino Superior, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, Erechim/RS).

INTRODUÇÃO

Os desafios relacionados aos processos de sucessão na agricultura familiar, um tema já de longa data, seguem mobilizando a atenção pública. Governos, agentes de órgãos públicos, pesquisadores, organizações da sociedade civil, movimentos sociais/sindicais e as próprias famílias agricultoras, há décadas, têm buscado otimizar a compreensão desse fenômeno e construir propostas de intervenção para atenuar a migração dos jovens das áreas rurais. De natureza multifatorial, as condições sucessivas, de acordo com Zonin (2021), representam situações de difícil resolução, do ponto de vista socioeconômico, cultural e político.

Na região Sul, o envelhecimento da população rural e a baixa perspectiva de sucessão, de fácil constatação empírica, coloca em xeque a própria reprodução da agricultura familiar. Esse problema atinge não somente as famílias rurais, mas o conjunto da sociedade: o impacto sobre a produção de alimentos destinados ao consumo interno e a maior pressão sobre os postos de trabalho, bem como por serviços públicos urbanos, são exemplos de como a questão agrária envolve a tudo e a todos, campo e cidade, como ressalta Fernandes (2013).

O problema, em si, está relacionado a uma série de questões, a maior parte delas de conhecimento público e com ampla bibliografia a respeito. Por que os jovens saem do campo? A) Devido à inviabilização econômica dos empreendimentos familiares; b) pela inacessibilidade de tecnologias apropriadas capazes de atenuar a penosidade do trabalho; c) por razões atreladas à precária infraestrutura de comunicação e de acessibilidade aos serviços urbanos; d) em função de conflitos inerentes às relações de geração e de gênero no interior das famílias e “comunidades rurais”; e) devido ao efeito provocado pela própria migração dos jovens, especialmente das mulheres; f) por reagirem à concepção, incrustada socialmente, de que o campo se constituiu apenas como um espaço de produção; g) pelo patriarcado que impõem as mulheres condições de invisibilidade e subalternidade, etc. A lista poderia ser expandida, com a incorporação das vicissitudes de cada lugar, região e suas nuances ao longo do tempo.

O presente artigo, tendo por base a pesquisa primária³, busca contribuir com um aspecto ainda pouco explorado desse debate, a saber: como a formação em Nível Superior se apresenta diante desse contexto (desterritorialização ou sucessão)? Consideramos, para tanto, a visão dos sujeitos, suas condições espaciais, de gênero e de geração. De maneira mais específica, procuramos apreender a participação das jovens rurais, egressas do curso de Agronomia da

³ Agradecemos à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo apoio financeiro à presente pesquisa.

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, campus Erechim), no processo de sucessão na agricultura familiar. Partimos do pressuposto de que a formação em nível superior poderia contribuir nos processos de sucessão na agricultura familiar, principalmente por parte das jovens rurais agrônomas.

Para desenvolver a análise, procuramos contemplar, na pesquisa, a totalidade do universo das jovens rurais (faixa etária de 15 a 29 anos) formadas na UFFS, com ingresso no curso de Agronomia, entre os anos de 2010 e de 2014, e egressas até o ano de 2019. Ao todo, 21 jovens contribuíram com a investigação. A metodologia para coleta de dados baseou-se na aplicação de um questionário, contendo questões fechadas e abertas, divididas em quatro eixos: 1) Informações sobre as unidades de produção; 2) inserções progressas das jovens nas dinâmicas produtivas e organizativas da família; 3) motivações para cursar Agronomia; e 4) mudanças nas territorialidades e condições de sucessão após formadas. Todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). De posse das respostas, subdividimos as informações em duas partes: 1) grupo 01, composto pelas jovens rurais que permaneceram no campo após conclusão do curso e o 2) grupo 02 formado por aquelas que no momento da pesquisa residiam em áreas urbanas. No presente artigo, apresentamos os resultados obtidos com as análises do grupo 01, isto é, abordamos os condicionantes atrelados à permanência e os processos sucessórios na agricultura familiar por parte das jovens agrônomas.

3

Utilizamos, como procedimentos metodológicos, técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa, com aplicação de questionários e realização de entrevistas com as jovens rurais. Os instrumentos procuraram apreender os elementos constituintes das territorialidades das jovens em três etapas: 1) antecedentes; 2) a trajetória durante a realização do curso; e 3) as mudanças após a conclusão do Ensino Superior (ES).

Os problemas enfrentados na agricultura familiar e os desafios da sucessão por parte das jovens foram analisados sob a ótica da territorialidade do patriarcado e dos conflitos de geração, realidades presentes na agricultura familiar e que impactam a decisão a respeito da permanência no campo. Dentre o universo de 21 jovens, um total de 05 permaneceram no campo após formadas. Dois aspectos a considerar, como desdobramento da pesquisa: 1) a formação em Agronomia, embora de extrema relevância no contexto regional, por si só, não é um fator decisivo para a permanência das jovens e a consequente sucessão na agricultura familiar (outros fatores precisam estar articulados, como ponderaremos) e 2) questões, como condições econômicas e técnico-produtivas favoráveis, maior nível de autonomia para implantação de

mudanças na unidade produtiva familiar e as relações de gênero internas ao estabelecimento rural, contribuem para a permanência das jovens no campo.

A TERRITORIALIZAÇÃO DA UFFS (CAMPUS ERECHIM/RS): A UNIVERSIDADE PÚBLICA EM UM CONTEXTO DE AGRICULTURA FAMILIAR

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) é uma Instituição de Ensino Superior (IES) relativamente nova, criada pela Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, e com início de suas atividades letivas no ano de 2010. Está inserida nos três estados da região Sul do Brasil, no recorte de abrangência da “Mesorregião Grande Fronteira Mercosul” – classificação regional do Ministério da Integração Nacional. Portanto, traduz-se em uma instituição multicampi e interestadual situada, mais especificamente, no Norte-Noroeste gaúcho (campi Cerro Largo, Passo Fundo e Erechim), no Oeste catarinense (campus Chapecó) e no Sudoeste/Centro-sul paranaense (campi Realeza e Laranjeiras do Sul).

A UFFS tem por característica ser produto da mobilização social, movimento conhecido como “pró-universidade”, cuja intencionalidade consistia em reivindicar a criação de uma IES pública como dispositivo para o enfrentamento das históricas desigualdades sociais e econômicas existentes na “Fronteira Sul”, especialmente no que dizia respeito a marginalização dos povos do campo. Nessas lutas reivindicatórias, articularam-se sujeitos e organizações do campo e da cidade, a saber: movimentos sociais do campo (em especial, os movimentos da Via Campesina brasileira), organizações sindicais da agricultura familiar (como a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar, FETRAF-SUL) e dos trabalhadores urbanos, entidades de apoio à agroecologia (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, CAPA; Centro de Tecnologias Alternativas Populares, CETAP; Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, ASSESOAR, entre outros), agricultores, partidos políticos, prefeituras municipais e municípios de diversas cidades do interior do Sul do Brasil.

Todos os campi da UFFS, exceto Passo Fundo, possuem curso de Agronomia, em face da forte presença da agricultura na formação territorial e na economia da região. No campus Erechim, o curso de Agronomia possui ênfase em Agroecologia: uma estratégia deliberadamente construída para produzir conhecimentos e tecnologias à agricultura familiar, distintos em relação aos da matriz produtiva hegemônica, calcada na monocultura convencional e na integração agroindustrial, com caráter demasiadamente seletivo e excludente.

Em termos de público ingressante, o curso de Agronomia do campus Erechim possui importante capilaridade regional. Aproximadamente 70% das jovens contempladas na pesquisa são naturais de municípios da própria Microrregião de Erechim. Se incluirmos as jovens provenientes de outros municípios do Rio Grande do Sul, o percentual chega a cerca de 90%. Desse modo, a condição da juventude rural que intenta se formar em Agronomia em Erechim possui relativa similitude histórico-cultural e econômico-produtivo.

Em termos de formação histórico-territorial, o atual recorte da Microrregião de Erechim/RS foi palco de projetos de colonização no início do século XX, integrando parte das chamadas “Colônias Novas” sul-riograndenses, com envolvimento, sobretudo, de grupos sociais descendentes de europeus (italianos, alemães e poloneses). Territorializados, fundamentalmente, em pequenos estabelecimentos (até 50 ha), caracterizados pela agricultura familiar pequeno-mercantil (PIRAN, 2001) voltada, inicialmente, para produção de alimentos básicos, como feijão, milho, trigo, produção de leite e a criação de suínos, esse sistema agrícola evoluiu, atualmente, para a produção moderna de grãos (soja, milho e trigo) e a integração agroindustrial verticalizada (aves, suínos e leite) (EDUARDO, GABOARDI e REIS, 2019). Nessas “comunidades rurais”, como designadas pelo léxico popular, o catolicismo, o patriarcado e a territorialidade de base local/comunitária formaram o cimento cultural dessa população (TEDESCO, 2001; GRITTI, 2004).

5

Decorrem, do exposto, os vários limites colocados atualmente à juventude e suas perspectivas de reprodução da agricultura familiar, dentre eles: 1) o excessivo fracionamento do pequeno estabelecimento rural; 2) a inviabilização econômica das pequenas unidades de produção para produção convencional de grãos e em função dos altos investimentos necessários para integração agroindustrial; 3) mudanças culturais da juventude rural no enfrentamento aos históricos sistemas de opressão operados pela cultura do patriarcado e pelo adultocentrismo; e em razão da 4) propensão desses jovens ao estabelecimento de conexões mais intensas com os espaços urbanos, interações limitadas em função da precariedade das condições de circulação e de comunicação presentes em suas “comunidades rurais”.

Para os jovens e suas famílias, as novas oportunidades de formação pública em nível superior figuram como mais um elemento de atenção, diante desse contexto de complexidade relacionada às condições de reprodução da agricultura familiar: o sonho da ascensão pessoal/profissional e suas potencialidades decorrentes!

A pesquisa realizada com as jovens citadas permite verificar a importância que o Ensino Superior (ES) tem para a vida pessoal de cada egressa, no sentido da sua formação profissional. A pesquisa não se ateve ao tipo de perspectiva formativa que o curso de agronomia oferece e nem se ele, em sua grade, prioriza a agricultura familiar. No entanto, a própria definição deste curso pela comunidade tinha por objetivo melhorar as condições materiais da agricultura familiar na região e, assim, proporcionando alternativas e qualificando a produção para possibilitar a permanência no campo por parte dos agricultores familiares.

A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR E SUAS INTERFACES COM AS QUESTÕES DE GÊNERO: BREVES CONSIDERAÇÕES

A agricultura familiar é a principal produtora de alimentos no Brasil, assim as preocupações com a temática da juventude rural e os processos sucessórios são salutar e continuam atuais e de distante resolução, do ponto de vista socioeconômico, cultural e político.

As distintas realidades da agricultura de base familiar no Brasil (agricultura familiar de descendentes de europeus, quilombolas, assentados da reforma agrária, faxinalenses etc.), contemplam desafios próprios para a permanência da(s) juventude(s) no campo. Dentre os limites com que os jovens rurais se deparam no processo sucessório, podemos citar a fragilidade econômica de inserção dos agricultores familiares nos circuitos de produção convencional; a persistência de relações de opressão de geração e de gênero, no interior do núcleo familiar, em um contexto de projeção desses debates pelo conjunto da sociedade; e o caráter insuficiente e descontínuo das políticas com potencial para edificar projetos de desenvolvimento apropriados para as realidades dos agricultores familiares, dos quais os jovens participem e sintam-se sujeitos desse processo (ABRAMO, 1997; WEISHEIMER, 2004; SIMÕES, 2015).

Brumer (2004) destaca que, apesar dos avanços, há lacunas e gargalos em termos de conhecimentos científicos relacionados aos temas das juventudes e da sucessão familiar, sobretudo, relacionados às relações e conflitos de geração e gênero.

O tema sucessão geracional vem emergindo como uma das principais preocupações das entidades representativas da agricultura familiar. O questionamento por parte dos jovens rurais em relação ao futuro gira sobre sua condição social e oportunidades de renda, por outro lado, existem incentivos como a demanda na compra de alimentos de qualidade, preservação ambientais, agroindustrialização, turismo rural etc. (STROPASOLAS, 2011, p.26).

O grande dilema da juventude rural, para Castro (2009), por um lado, é o apego à família, aos laços comunitários e, por outro, a busca de maior liberdade e autonomia financeira. Nas palavras da autora:

Entrecruzadas pelo dilema “ficar e sair” do meio rural, mas principalmente pelo “peso” da autoridade paterna, as percepções sobre juventude/jovens, que observamos em diferentes análises, estão marcadas pela construção de que esse jovem deve ser controlado. O peso da autoridade paterna no espaço doméstico é reproduzido nas relações de trabalho familiar e na organização do lote. Essa autoridade cria mecanismos de vigilância e controle sobre os jovens por meio das relações familiares e demais redes sociais, principalmente entre as mulheres (CASTRO, 2009, p. 120).

Tais fatores, expostos pela autora, tendem a dificultar os processos sucessórios nos espaços rurais, colocando em risco a continuidade das atividades agrícolas, o próprio patrimônio cultural que representa a agricultura familiar e suas implicações para a produção de alimentos.

Por conta dessa preocupação, Spanevello (2008) aborda que a lógica da sucessão se concentra na necessidade de manter o patrimônio familiar (terra, infraestruturas, equipamentos etc.) por meio da transmissão aos filhos. Tal processo sucessório, de acordo com Stropasolas (2011), compreende, também, o afastamento da geração mais idosa da produção e da administração do estabelecimento, transferindo-a aos agricultores mais jovens. Dessa forma, a sucessão é um processo que vai além da transferência de patrimônio, mas também envolve relações socioculturais.

Destarte as questões econômica e culturais relativas à sucessão a terra por meio da herança se coloca como uma problemática no caso da agricultura familiar, pois como verificado por Bueno (2023) a distribuição efetiva entre filhos e filhas ocorre de forma desigual e por vezes, salienta a autora, as mulheres não recebem a terra como forma de herança, mesmo que o Código Civil Brasileiro estabeleça a distribuição igualitária entre os filhos.

Considerando que, na esteira do processo sucessório, a organização das dinâmicas produtivas privilegia o gênero masculino (SPANVELLO, 2008; STROPASOLAS, 2002), as jovens rurais veem-se afetadas por relações sociais e de poder reprodutoras da “territorialidade passiva” (DEMATTEIS, 2008). Seus anseios e motivações como agricultoras não são efetivamente considerados e isso se reflete na baixa participação das jovens nas decisões econômico-produtivas. Mesmo involuntariamente, a condução da sucessão por parte das famílias incorpora relações dissimétricas de gênero.

Relativa a esta dissimetria, Dematteis (2008, p. 35) expõe que:

É possível, assim, distinguir-se uma territorialidade passiva e negativa que, com estratégias de controle e com o sistema normativo associado, objetiva excluir sujeitos e recursos, e uma territorialidade ativa e ‘positiva’, que deriva das ações coletivas territorializadas e territorializantes dos sujeitos locais e objetiva a construção de estratégias de inclusão. Nestes territórios, vistos como ‘ativos’, a territorialidade corresponde a mediações simbólicas, cognitivas e práticas entre a materialidade dos lugares e o agir social nos processos de transformação territorial e de desenvolvimento local.

Dematteis (2008) destaca que é possível conceber a “territorialidade passiva” por meio da reprodução de comportamentos organizados segundo estruturas verticais de controle sobre as relações. A “territorialidade passiva” está alinhada às expectativas externas aos sujeitos, impossibilitando um agir mais autônomo e com maior protagonismo.

Tais abordagens apreendem a identidade feminina como sendo um agente importante na compreensão do espaço. Assumem, ainda, um compromisso de abordar as relações de poder e hierarquia que transforma em assimétrico o desenvolvimento socioespacial nas relações de gênero (SILVA, 2003).

O acesso ao Ensino Superior (ES), algo relativamente novo para a juventude rural e interiorana, possibilita novos elementos para os temas da permanência e da sucessão na agricultura familiar. Se, por um lado, as famílias e os próprios jovens vislumbram no ES uma possibilidade de transição de uma condição profissional a outra (de agricultor a trabalhador urbano), existe, também, em menor medida, a possibilidade de permanência e de sucessão por meio dos novos conhecimentos e habilitações adquiridas.

Contudo, para que isso seja factível, além da presença de condições concretas e da viabilidade econômico-profissional, por óbvio, é imprescindível haver a predisposição para um diálogo mais horizontal por parte da família, sobretudo quando incorporamos ao debate a questão de gênero. Os pais, normalmente, projetam nas novas gerações seus próprios anseios como agricultores. A “ativação das territorialidades” percebe que a formação em nível superior, especialmente realizada por mulheres na área da Agronomia, como estamos tratando, exige um reposicionamento de determinadas relações, se o objetivo consistir na evolução do processo sucessional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como apresentado trata-se de uma sistematização de dados obtidos por meio das pesquisas bibliográficas e de dados primários derivados de aplicação de questionário e entrevistas, que contribuíram no objetivo da pesquisa de apreender a participação das jovens rurais, egressas do curso de Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS, campus Erechim), no processo de sucessão na agricultura familiar. Abordam-se, de forma mais específica, as questões de gênero no que tange às possibilidades de permanência e de sucessão na agricultura familiar por parte das jovens egressas. Cabe ressaltar que a formação em Agronomia é, tão somente, mais um elemento que se agrega ao conjunto das experiências

sensíveis e às condições concretas que influem as intencionalidades e decisões sucessoriais por parte das jovens. Não é, necessariamente, um fator determinante para a permanência, como a pesquisa demonstrou. Por conta disso, há a necessidade de um olhar mais amplo, sobre as trajetórias e as territorialidades (interno e externo à universidade e ao estabelecimento agropecuário).

Os resultados da pesquisa primária, envolvendo as jovens rurais que permaneceram ou regressaram ao campo após formadas no curso de Agronomia (UFFS, campus Erechim/RS), estão organizados em 02 momentos e cada um deles subdividido em outras partes (conforme detalharemos). Cada um desses momentos buscou apreender elementos objetivos e potenciais mudanças nas territorialidades das jovens com base em suas trajetórias de vida e profissionais.

O primeiro momento, o qual designamos por *Antecedentes*, aglutina informações básicas sobre a família, estabelecimento agropecuário, características produtivas e questões referentes às relações de gênero, de geração edificadas no período anterior ao ingresso na UFFS. No segundo momento, correspondente ao *período pós-egresso*, visamos confrontar os antecedentes diante das possíveis mudanças deflagradas nas territorialidades das jovens, recém-formadas em Agronomia, com o intuito de caracterizar suas condições de permanência e possibilidades de sucessão em âmbito da agricultura familiar.

Antecedentes - informações básicas sobre as jovens, suas famílias e os estabelecimentos agropecuários

O grupo das jovens pesquisadas que permaneceram no espaço rural residem na microrregião de Erechim e mencionaram ser de origem étnica italiana. Em relação aos seus estados civis, três são casadas ou encontram-se em união estável e duas são solteiras. As famílias possuem, em média, quatro pessoas. Das 05 jovens, quatro ainda moram com seus pais e três possuem irmãos residindo nos estabelecimentos agropecuários.

A estrutura familiar na agricultura, no geral, é composta por casais heteros com filhos. Cujas organização familiar tem no patriarcado a sua base, a qual influencia diretamente na sucessão familiar e na ordem de hierarquia familiar. Já a presença de irmãos, por outro lado, denota que as unidades de produção, com tamanho já reduzido (nos três casos, com extensão entre 10 e 30 ha), ainda poderão passar por processos de divisão por herança. E, considerando aspectos culturais dos descendentes de italianos, relativo ao papel que os filhos homens exercem

no processo sucessional, ainda é precoce demarcar a permanência no campo por parte das respectivas jovens.

Informações a respeito do estado civil, da origem étnica e da composição familiar permitem generalizações, no entanto as pesquisas de gênero, como a de Bueno (2023) nos mostra que essas informações são relevantes para as análises das questões de gênero e de sucessão, na medida em que as construções das territorialidades das jovens encontram-se atreladas a aspectos culturais específicos e à densidade de relações presentes nos estabelecimentos. Entre as famílias de descendentes de italianos, por exemplo, há o costume do filho (homem, frisa-se), sobretudo primogênito, conduzir o processo sucessional, enquanto as mulheres, tradicionalmente (quando é o caso), mudam-se para os estabelecimentos rurais da família de seus maridos, ao efetivarem matrimônio. Uma prática comum é as mulheres serem as responsáveis pelo chamado enxoval (que são roupas de cama, mesa e banho para a casa ao contraírem matrimônio) e, neste caso, este é uma espécie de herança para as filhas, tendo ainda eventualmente, auxílios materiais e financeiros como contrapartidas das famílias das mulheres. A maior ou menor densidade da cultura patriarcal, o adultocentrismo, entre outras relações hierárquicas intrafamiliares, adquirem formas variadas de acordo com as nuances culturais. O Ensino Superior, nesse sentido, pode se colocar como um elemento de reorganização dessa dinâmica, ao ampliar as relações e as redes de inserção das jovens.

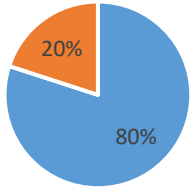
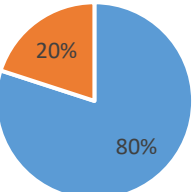
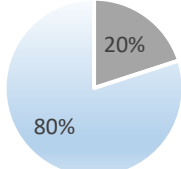
10

Todas as respostas apontaram que os respectivos estabelecimentos agropecuários possuem topografia “Parcialmente plana, parcialmente mecanizável”. Em relação às orientações produtivas das unidades de produção de suas famílias (no contexto anterior ao ingresso no ES), quatro das cinco respostas, assinalaram a opção “Lavoura e criação de animais” e uma indicação assinalou “apenas atividade pecuária”. Para o momento posterior à formação, esse quadro se alterou levemente, com dois estabelecimentos dedicando-se exclusivamente à pecuária.

As questões de ordem produtiva também podem conter conotações de gênero. Na agricultura, é comum determinada atividade estar atrelada à condição de gênero daqueles que a exercem. Enquanto, por exemplo, a atividade agrícola ocupa, fundamentalmente, a força de trabalho masculina, os trabalhos associados à pecuária, especialmente a leiteira e a integração agroindustrial (aves e suínos, por exemplo), demandante de mão de obra para os diversos serviços diários, são atividades que ocupam, de forma importante, toda força de trabalho disponível nos estabelecimentos, e, em especial, o trabalho feminino. Repercute, por conseguinte, na permanência das mulheres no campo. Contudo, a pressão pelo aumento das

escalas de produção e as intensas mudanças tecnológicas, sobretudo na produção de leite, têm exercido efeito de concentração da produção e, portanto, de exclusão de inúmeras famílias desse segmento produtivo.

Quanto aos maquinários e implementos utilizados, apenas um estabelecimento alugava todo equipamento necessário para os processos produtivos. Nos demais, em três casos, eram “próprios e alugados”; uma jovem assinalou serem totalmente “próprios” os meios de produção utilizados por sua família. A respeito dos arrendamentos, nenhuma das famílias arrendava suas áreas para que outras pessoas produzissem. E apenas uma informante mencionou que sua família arrendava área de outras unidades de produção.

Gráfico 01 - A principal fonte de renda da família advém das práticas produtivas desenvolvidas no estabelecimento?	Gráfico 02 - A família possui outras fontes de renda não agrícola (aposentadorias, trabalho urbano, bolsa família)?	Gráfico 03 - Você acredita que a sua família permanecerá por quanto tempo no estabelecimento agropecuário?
 <p>■ sim ■ não</p>	 <p>■ sim ■ não</p>	 <p>■ menos de 5 anos ■ de 5 à 10 anos ■ de 10 à 20 anos ■ acima de 20 anos</p>

Fonte: Autora (2019).

Essas informações indicam que os estabelecimentos agropecuários analisados possuíam dinâmicas produtivas predominantemente centrípetas. Entrementes, em relação ao elemento renda, as fontes não agrícolas eram numericamente importantes. Em 80% das respostas (4/5 das entrevistadas), a principal fonte de renda da família era proveniente das práticas produtivas desenvolvidas no estabelecimento. O mesmo percentual (80%), no entanto, apontou para o fato de que a família possuía outras fontes de renda não agrícolas (aposentadorias, trabalho urbano, bolsa família etc.), sinalizando para a diversidade dos *inputs* em termos de renda (conforme gráficos 01 e 02).

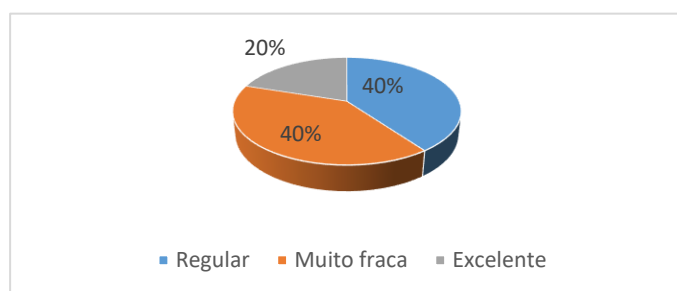
A posição das jovens com relação à perspectiva de permanência de suas famílias no campo sinalizava para uma longa duração (gráfico 03). Indagadas a respeito de quanto tempo acreditavam que suas famílias permaneceriam no estabelecimento agropecuário, 80% das indicações assinalaram “acima de 20 anos”. Essa resposta denota a importância da agricultura familiar, mas não que a mesma integre toda a família e de forma igualitária.

Gestão interna nos estabelecimentos agropecuários: divisão do trabalho e participação das jovens nas decisões produtivas

Como são multifatoriais as razões que levam à saída ou à permanência das jovens do campo, o questionário contemplou, doravante, informações sobre a gestão interna dos estabelecimentos: a participação das jovens nos distintos trabalhos (produtivos e reprodutivos) e o grau de envolvimento delas nas decisões produtivas tomadas em âmbito de suas unidades de produção. As questões, reportadas ao momento denominado “antecedentes”, visavam delinear determinadas características do trabalho exercido pelas jovens e seu lugar em termos de inclusão socioprodutiva para, posteriormente, pós-formadas, verificar potenciais alterações em suas territorialidades.

Todas as jovens afirmaram contribuir com seus trabalhos nas principais atividades (financeiramente) produtivas da família. Contudo, ao que concerne a divisão do trabalho nos estabelecimentos, 80% consideravam ser “parcialmente dividida entre homens e mulheres” e 20% mencionaram ser “altamente dividida entre homens e mulheres”. Como destaca Paulilo (2003), o trabalho das mulheres nem sempre é reconhecido como tal, sendo visto como uma forma de ajuda. Quando a temática é sobre o trabalho, ele na perspectiva dos movimentos feministas é central por ser uma forma de obtenção de renda e, também, por potencializar a autonomia das mulheres, para além da financeira.

Gráfico 04 - Como considerava sua participação nas decisões produtivas implementadas pela família antes de cursar o Ensino Superior?



Fonte: Autora (2019).

Quanto à participação das jovens nas decisões produtivas (gráfico 04), 80% indicaram ser “regular” ou “muito fraca” e, apenas, 20% excelentes. Esta situação vai ao encontrar da estrutura patriarcal que utiliza o trabalho das mulheres, porém não valorizam, tendo que as mesmas buscarem outras alternativas para alcançar o reconhecimento, como a formação profissional, como verificado na segunda etapa da pesquisa, realizada após a concretização do curso de agronomia. Os empecilhos para uma participação mais efetiva podem estar atrelados a distintas razões, como faixa etária (demasiadamente jovens para influir nas questões produtivas?), condição de gênero (trabalho voltado para a reprodução e incertezas quanto à permanência/sucessão), nível de conhecimento ou o engajamento com as dinâmicas produtivas (comumente aquém em relação aos pais, considerando as idades efêmeras). No entanto, geógrafas feministas como Silva (2003), Veleda da Silva (2009), Santos (2020) entre outras têm demonstrado em seus estudos que as mulheres precisam ter um esforço maior para que suas opiniões sejam reconhecidas como importantes, independente das áreas em que atuam e quando se juntam duas categorias a saber mulheres e jovens numa mesma pessoa, os obstáculos são ainda mais efetivos. Destaca-se a resposta da entrevistada 2 que afirma que “para uma mulher a independência financeira é como a carta de alforria”.

Além das funções nas dinâmicas produtivas, as jovens atuavam em uma série de outras atividades, notadamente voltadas para questões de reprodução da família (produção na horta doméstica, responsabilidade com os pequenos animais para o consumo interno, afazeres domésticos, preparo da alimentação, cuidados com idosos, crianças e acamados entre outros). Importa ponderar que essa situação não se alterou significativamente após graduadas. O mesmo percentual (80%) continuava com a incumbência de diversas responsabilidades diárias com a reprodução da família após formadas.

DO INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR ÀS CONDIÇÕES ATUAIS DE PERMANÊNCIA NO CAMPO

Convidadas a se manifestarem a respeito de suas expectativas ao cursar Agronomia, as respostas a essa questão discursiva demonstraram afinidade pessoal pela área e por temas ligados à agricultura, apenas uma jovem pontuou que vislumbrava no curso uma possibilidade de permanecer no campo. As demais indicações apresentaram, como expectativas, poder empregar seus conhecimentos para contribuir com suas respectivas famílias ou conseguir um

emprego e uma boa remuneração (concurso público ou vínculo com empresas do setor, por exemplo).

Assim, após formadas, interrogamos: suas expectativas confirmaram-se? As respostas a essa pergunta se dividiram: duas jovens afirmaram que “sim”; outras duas, “não” e outra jovem assinalou a opção parcialmente. Havia alternativa para justificarem suas afirmações. Duas jovens embasaram suas respostas, sendo uma das indicações, positiva em relação às expectativas, destacou a conquista de seu vínculo empregatício (urbano) como agrônoma e o investimento produtivo que tem realizado no estabelecimento de sua família. Já a afirmação registrada como “parcialmente”, fez menção ao fato de que ainda não conseguiu se incluir efetivamente na dinâmica produtiva da unidade de produção, em função da presença dos membros masculinos de sua família. Essa jovem optou em dar sequência aos estudos por meio da pós-graduação (doutorado).

No quadro 01, as jovens puderam expressar suas posições acerca de como as relações de poder, associadas às suas condições de gênero, exerceram influências (ou não) para a decisão de cursar Agronomia. As considerações foram diretas e contundentes, como podemos observar na sequência.

Quadro 01 - As relações de poder, atreladas à questão de gênero no campo e no interior das unidades produtivas, influenciaram a sua decisão em cursar o Ensino Superior?

Resposta 01	Sempre fui incentivada (obrigada a estudar), então optei por algo que me remetesse ao que gosto de fazer
Resposta 02	Para uma mulher a independência financeira é como a carta de alforria
Resposta 03	Enquanto estamos no campo, quem manda é o pai e tu é como se fosse um empregado. Então, após a graduação, tudo isso muda, passamos a ser ouvidos
Resposta 04	Não vivi muito essa relação de poder. O que vi na minha família e diziam é que a mulher é mais inteligente, então deve estudar para encontrar outra atividade menos "sofrida". São raros os casos onde se estimula para estudar para melhorar as condições da propriedade. Mas sobre as questões de gênero, na hora de conseguir um emprego, na área da agronomia, mulheres sofrem mais
Resposta 05	Não influenciaram

Fonte: Autora (2019).

Mesmo no caso das jovens que permaneceram no campo, é possível depreender, com base nos depoimentos, uma atitude, digamos, cautelosa por parte das famílias quanto ao tema da sucessão. Cursar o Ensino Superior permitiria, supostamente, ampliar o leque de

possibilidades para as inserções profissionais das mulheres das novas gerações, não necessariamente com o engajamento *in loco*, em seus estabelecimentos agropecuários.

Importa destacar que as unidades de produção, de 04 das 05 jovens que permaneceram no campo após formadas, distavam menos de 02 quilômetros do perímetro urbano de seus municípios. Mesmo assim, desse total, 03 jovens precisaram fixar residência na cidade de Erechim para poderem estudar. A precariedade das estradas no campo, bem como a falta de outras infraestruturas, como áreas de lazer, é uma condição material que não estimula a permanência da juventude no campo.

O curso de Agronomia tem duração de 10 semestres, cursados em período integral. Com efeito, um período de cinco anos de significativa diminuição de tempo com as atividades agropecuárias, com a dinâmica própria da família e com a concretude do rural, além do estreitamento de laços de sociabilidades e (inclusive) empregatícios com o espaço urbano, implica transformações importantes nas territorialidades das jovens e, por conseguinte, desafios para o retorno e a sucessão na agricultura familiar.

Essa exígua distância entre as unidades de produção e as cidades, doravante, colabora com a permanência no campo, dentre outras razões, ao permitir a efetivação de vínculos empregatícios com empresas situadas em perímetros urbanos, a fim de manter, com maior veemência, vida de relações campo-cidade.

15

No momento da entrevista, quatro das cinco jovens ocupavam-se em alguma atividade geradora de renda urbana; duas com vínculos formais na área agrônômica. Nessas condições, necessitamos relativizar o protagonismo das jovens no interior das unidades de produção, haja vista que parte importante da energia produtiva das jovens está vinculada a demandas exteriores. O estabelecimento, dessa forma, apresenta-se mais como um local de residência do que como um espaço efetivo de trabalho, de inserção profissional. Mesmo assim, como visto, além de atuarem fora do estabelecimento, integram-se às distintas atividades produtivas e reprodutivas da família.

No quadro 02, é possível observar mudanças nas territorialidades das jovens, expressas por meio do maior impacto de suas influências políticas, isto é, da otimização da participação nas decisões produtivas tomadas pelas famílias, no interior das unidades de produção. Conforme seus relatos, o conhecimento acadêmico, técnico e as vivências adquiridas durante os percursos formativos no Ensino Superior permitiram às jovens a ampliação de capacidades e, por conseguinte, suas opiniões galgaram maior legitimidade perante a família.

Quadro 02 – Participação das jovens nas decisões produtivas tomadas por suas famílias: comparativo antes e após formadas

Jovens	Como era sua participação nas decisões produtivas tomadas pela família antes de cursar graduação?	Após formada, como passou a ser sua participação nas decisões produtivas tomadas pela família?
Resposta 01	Regular	Boa
Resposta 02	Regular	Boa
Resposta 03	Muito fraca	Excelente
Resposta 04	Muito fraca	Fraca
Resposta 05	Excelente	Excelente

Fonte: Autora (2019).

As respostas apresentadas no quadro 2 demonstra a mudança na participação das mulheres no grupo familiar após a graduação. Mas quando afirmam que as mudanças na esfera doméstica não acompanharam a mesma mudança é possível verificar a dificuldade de romper com as amarras do patriarcado. Ao estudarem as jovens afirmam que melhorou a aceitação nas tomadas de decisão da família, pois a formação profissional permite que tenham informações técnicas relativas ao processo de produção, conhecimento de novas técnicas e tecnologias. Cabe ressaltar que o perfil dos egressos da UFFS, em sua maior parte, é formado pelas primeiras pessoas de cada família a formarem-se no Ensino Superior. Em outras palavras, as jovens mulheres precisaram romper com uma situação de exclusão histórica de suas famílias, em termos de acesso ao ES, para poderem ativar suas territorialidades e construir novas oportunidades (de vínculo profissional, de leitura de mundo etc.) em detrimento do caráter cíclico em que, muitas vezes, se prostra a territorialidade feminina na agricultura familiar.

16

Quadro 03 - Após formada houve mudanças em sua inserção produtiva dentro do estabelecimento?

Resposta 01	Pouco, pois meu irmão é quem toma a maioria das decisões.
Resposta 02	Sim. Meu esposo, na maioria das vezes, pede minha opinião sobre determinado assunto.
Resposta 03	Sim, muitas mudanças. A questão financeira melhorou muito, quitando as dívidas da família, pois a família trabalhava muito, mas não fazia cálculos, não conseguia fazer a gestão da propriedade. E, a partir da minha formação, mudamos o que não agregava para a propriedade e aumentamos o que estava dando lucro.
Resposta 04	Não, por isso continuo estudando.
Resposta 05	Sim, maior conhecimento técnico.

Fonte: Autora (2019).

Quadro 04 - Quais atividades produtivas desempenha atualmente no estabelecimento?

Resposta 01	Escolha das pastagens, alimentação do gado leiteiro, assim como o manejo do mesmo.
Resposta 02	Faço a maior parte das ordenhas, desmame de bezeros, mocho e brincagem das fêmeas.
Resposta 03	Gestão da propriedade, tanto financeira como prática, definindo as pastagens a ser implantadas em cada área e demais fatores necessários para uma pequena propriedade.
Resposta 04	Auxílio na safra de uva e seu beneficiamento (suco, geleia e vinho).
Resposta 05	Atividades domésticas e atividades técnicas na criação de bovinos.

Fonte: Autora (2019).

Em complemento ao quadro 02, os quadros 03 e 04 apresentam maiores detalhes sobre potenciais mudanças nas inserções produtivas das jovens após formadas e a respeito de suas contribuições nas atividades produtivas nos estabelecimentos de suas famílias. Os relatos corroboram o fato de que todas as pesquisadas desempenham funções produtivas em suas unidades de produção, porém, em intensidades variadas em termos de engajamentos e protagonismos. A pecuária, especialmente a leiteira, em função de seu caráter de trabalho-intensivo, como ressaltado, é a principal atividade em que se inserem as jovens. O mesmo raciocínio aplica-se à fruticultura e à agroindustrialização. Já o universo da produção de grãos, considerando as inovações tecnológicas do segmento que reduzem a necessidade de tempo-trabalho, permanece como um território essencialmente masculinizado.

17

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa possibilitou compreender a participação das jovens egressas do curso de agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul, do campus de Erechim no contexto da agricultura familiar e a sua fragilidade no que se refere a sucessão familiar.

A fragilidade não decorre do curso de agronomia, mas da estrutura familiar baseada no patriarcado que dificulta ou impede a participação das mulheres, que embora o estudo demonstrou a melhora na forma de participação das jovens egressas na organização da agricultura, não promoveu condições de mudança nas relações cotidianas.

Assim, ao longo da pesquisa, evidenciou-se que o acesso à universidade proporcionou importantes mudanças em âmbito das territorialidades precedentes das jovens rurais. Contudo, mesmo sendo relevante para os processos de ativação de territorialidades, a formação no Ensino Superior precisa estar acompanhada de outros fatores para viabilizar processos de sucessão na agricultura familiar, tais como: políticas públicas estruturantes, tecnologias apropriadas aos contextos da agricultura familiar, mudanças nas relações de poder nas unidades de produção, extermínio da violência de gênero e do patriarcado entre outras.

Em se tratando do público das jovens rurais, a UFFS consegue cumprir com os objetivos de sua criação, ao exercer um poder de atração em seu entorno imediato, consoante ao seu projeto político e institucional. Nesse sentido, ao formar os distintos profissionais, dentre eles, na área agrônoma, além de produzir conhecimento científico e atuar na extensão, a universidade tem se tornado um dos espaços de relevância nos processos de desenvolvimento no Sul do Brasil interiorano, ao incluir uma gama de sujeitos historicamente excluídos do Ensino Superior público.

O acesso à universidade pública, por seu turno, amplia o leque de conhecimentos das jovens, propicia o alargamento dos horizontes pessoais e seu enriquecimento cultural. O conhecimento torna-se uma ferramenta essencial para que as jovens consigam ampliar suas capacidades de inserções profissionais, em face dos quadros precedentes de territorialidades passivas.

Com a formação em Agronomia, as territorialidades das jovens rurais passaram por importantes mudanças, verificadas em vários âmbitos e dimensões: quer seja no interior do estabelecimento agropecuário, por meio da ativação de suas territorialidades na dimensão produtiva; na projeção profissional das egressas ao mercado de trabalho urbano, considerando o acesso e maior autonomia na dimensão financeira e às novas relações estabelecidas; ou mesmo na elevação cognitiva (e dos conhecimentos técnicos e acadêmicos associados) que se traduziu em práticas de empoderamento junto à família e à teia de relações pré-estabelecidas. A abordagem territorial geográfica, utilizada na pesquisa, mostrou-se como uma importante ferramenta, ao evidenciar aspectos das relações sociais e de poder projetadas espacialmente, nas distintas escalas e dimensões de suas ações.

A considerar a importância da agricultura familiar na produção de alimentos, a sucessão é uma questão crucial, pois embora as jovens egressas afirmaram a perspectiva de continuidade das famílias no campo, a participação delas não foi evidenciada. E quando se observa a dinâmica

nacional, a tendência é a migração dos jovens e no caso das egressas, as condições vivenciadas não as motivam para permanência na terra. A sua autonomia está na migração para a cidade e nas condições materiais e imateriais que elas podem acessar e que acabam por ser determinantes nas suas territorialidades ativas.

A permanência e realização da sucessão, por fim, dependerá das motivações das jovens em projetar no campo um destino profissional e de vida promissores. Em relação às pesquisadas, a carga excessiva de trabalho (exterior e interior à unidade de produção; trabalhos produtivos e reprodutivos) e as incertezas sucessionais (em função de questões econômicas, da presença de outros membros da família no estabelecimento e de relações de poder dissimétricas intrafamiliares) são potenciais fatores que dificultarão a permanência dessas jovens mulheres na agricultura familiar.

A pesquisa demonstra que a permanência no campo não significa sucessão da agricultura familiar por parte das jovens. Da mesma forma, a entrada na Universidade não garante que seja a permanência quer seja a sucessão por parte das mulheres. A sucessão da agricultura familiar pelas jovens egressas implicaria no rompimento com a lógica patriarcal para que estas ao se capacitarem tenham acesso as condições técnicas e de inovações para a produção, mas também condições de ter as suas ações reconhecidas e valorizadas de forma equitativa nas tomadas de decisão. As desigualdades entre homens e mulheres nos processos sucessórios é uma forma de violência, que não implica somente em violência contra mulheres, mas também coloca em xeque a permanência das mulheres no campo.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 5.1997.

AUTORA, 2019. (Referência ocultada).

BUENO, C. T. **Agricultura Familiar e Relações de Gênero: mapeando a região sul do Brasil**. Tese de doutorado em geografia. Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Programa de Pós Graduação em Geografia, Francisco Beltrão, 2023.

BRUMER, A. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, jan/abril, p. 205 – 227, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699>>. Acesso em 20 jul. 2019.

CASTRO, E. G. et al. **Os Jovens estão indo embora?** Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X, 2009. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wpcontent/uploads/2014/03/jovensetaoindoembora.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

DEMATTEIS, G. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A. F., CARRIJO, B. R., CANDIOTTO, L. Z. P [Org.]. **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 33-46.

EDUARDO, M. F.; GABOARDI, S. C.; REIS, J. T. O mapa da questão agrária na Microrregião de Erechim/RS: implicações da evolução econômica nas dinâmicas territoriais da agricultura familiar. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.13, n.1, p. 21-41, jan./abr. 2019.

FERNANDES, B. M. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. **Tese de Livre docência em Geografia**. Universidade Estadual do Oeste Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia, FCTUNESP, Presidente Prudente, SP, Brasil, 2013.

GRITTI, I. R. **Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul: A emergência do preconceito**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

PIRAN, N. **Agricultura Familiar: Lutas e Perspectivas no Alto Uruguai**. Erechim/RS: EdiFAPES, 2001.

PAULILO, M. I. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. In: PAULILO e SCHMIDT (Orgs.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

20

SANTOS, R. A dos. Mulheres e geografia -Reflexões pertinentes? **Revista Geo Atos**, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 18, v. 03, p. 227-242, maio-ago, 2020.

SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, Verão, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2167/1647>>. Acesso em: 09 out 2018.

VELEDA da SILVA, S. M. A perspectiva feminista na geografia brasileira. In: **Geografias subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidades**. SILVA, Joseli Maria (org.). Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2009.

SIMÕES, W. Territorialidades da juventude faxinalense: entre a produção de invisibilidades, a precarização dos territórios de vida e os desafios da construção de um bem viver. **Tese**-Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós graduação em geografia, Curitiba, 2015.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em:<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16024>. Acesso em: 21 jan. 2020.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos de agricultores familiares de Ouro (SC).** Tese. (Doutorado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/82617/184359.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 mar. 2019.

STROPASSOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 1, p. 26-29, mar. 2011.

TEDESCO, J. C. **Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural.** Passo Fundo/RS: EDIUPF, 2001.

WEISHEIMER, N. Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: um estudo de caso no Bairro de Escadinhas, Feliz/RS. Porto Alegre, 2004. 215 p. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/4585>>. Acesso em: 10 out. 2022.

ZONIN, V. J. A Juventude rural no Oeste de Santa Catarina: dinâmicas sucessórias desafiadoras. In: ZONIN, Valdecir J.; KROTH, Darlan C. (orgs.). **Juventude Rural e Sucessão na Agricultura Familiar.** C